

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 18.846/08/1ª Rito: Sumário  
PTA/AI: 16.000161567-53  
Impugnação: 40.010120797-74  
Impugnante: Alcoa EES do Brasil Ltda.  
IE: 324950117.00-10  
Proc. S. Passivo: Alexandre Pagotti João/Outro(s)  
Origem: DF/Pouso Alegre

### **EMENTA**

**RESTITUIÇÃO - ICMS – DIFERENÇA DE PREÇO. Pedido de restituição de ICMS supostamente recolhido a maior pela Requerente, em virtude de diferenças entre preços ajustados com os clientes estabelecidos em outras Unidades da Federação e os destacados nas notas fiscais. Entretanto, a documentação apresentada pela Requerente não permite aferir, com certeza absoluta, que o desfazimento parcial do negócio tenha se concretizado tal e qual anuncia a mesma em suas peças processuais. Além do mais, não foram apresentados documentos idôneos e regulares das destinatárias comprovando não ter aproveitado integralmente os créditos destacados nas notas fiscais. Assim, não se reconhece o direito à restituição pleiteada. Impugnação improcedente. Decisão por maioria de votos.**

### **RELATÓRIO**

A ora Impugnante pleiteia da Fazenda Pública Estadual, a restituição da importância de R\$ 2.734,77, ao argumento de que realizou vendas para a Ford Motor Company Brasil Ltda., nos meses de dezembro/2004 e março/2005, e que as notas fiscais foram emitidas com valores inferiores aos preços ajustados com o cliente, emitindo, posteriormente, as notas fiscais complementares de preços, para possibilitar o ressarcimento dos impostos junto ao Fisco mineiro, as quais não foram aceitas pela destinatária.

O Delegado Fiscal da DF/Pouso Alegre, em despacho de fls. 82, decide indeferir o pedido.

Inconformada com a decisão supra, a Requerente, tempestivamente, por intermédio de procurador regularmente constituído, apresenta Impugnação de fls. 86 a 93, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 249 a 253.

A 1ª Câmara de Julgamento, na sessão do dia 26/09/2007, decide exarar despacho interlocutório para a Impugnante (fl. 258), a qual se manifesta às fls. 266. O Fisco se manifesta a respeito (fls. 273 a 276).

Na sessão do dia 04/04/08, decide a 1ª Câmara de Julgamento (fl. 283), em preliminar, à unanimidade, em indeferir a juntada de documentos apresentados pela

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Impugnante, na sessão. Também em preliminar, pelo voto de qualidade, decide indeferir a proposta de diligência formulada pelo Conselheiro Antônio César Ribeiro. Sendo vencidos os Conselheiros Rodrigo da Silva Ferreira e o proponente. Ainda em preliminar, à unanimidade, decide a Câmara exarar novo despacho interlocutório para a Impugnante.

A Impugnante se manifesta à fl. 288 e apresenta os documentos de fls. 289 a 321, com o Fisco se pronunciando às fls. 323 a 326 dos autos.

### ***DECISÃO***

#### **DA PRELIMINAR**

O pedido de prova pericial suscitado pela Impugnante, a bem da verdade, não envolve questão que requeira propriamente a produção de prova pericial.

A Requerente e ora Impugnante apresenta um único quesito, onde indaga se “os créditos destacados nas notas fiscais em discussão neste processo, foram INTEGRALMENTE aproveitados pelo destinatário”.

Ora, o que a Requerente pretende ver provado pela via da prova pericial confunde-se com o próprio mérito do pedido de restituição, ou seja, a apropriação parcial ou integral dos créditos pelos destinatários, constantes das notas fiscais.

Além do mais, essa prova constitui ônus de quem pleiteia a restituição de indébito, uma vez ser condição *sine qua non* para obtenção da devolução, a não apropriação a título de crédito pelo destinatário.

Assim, o requerimento de perícia deve ser indeferido, com fundamento no artigo 142, incisos I e II do RPTA/MG.

#### **Do Mérito**

Trata-se o presente PTA de pedido de restituição de indébito, no valor original de R\$ 2.734,77, ao argumento da Requerente de que realizou vendas para a Ford Motor Company Brasil Ltda., nos meses de dezembro/2004 e março/2005, e que as notas fiscais foram emitidas com valores inferiores aos preços ajustados com o cliente.

Na peça inicial, menciona que emitiu notas fiscais complementares de preços, as quais não foram aceitas pela destinatária, documentos esses que lastreiam e sustentam a repetição de indébito.

Ao elaborar a planilha que compõe a peça inicial, nenhum esclarecimento adicional foi prestado, situação essa somente mencionada em etapas posteriores.

O Fisco, ao analisar o pedido, decidiu pelo seu indeferimento, por entender aplicável à espécie as regras contidas na Instrução Normativa DLT/SRE Nº 03/92, não observadas pela Impugnante.

Por ocasião da Impugnação, a Requerente melhor explicou a operação, bem como manifestou seu inconformismo no tocante à negativa do pedido, afirmando que os aspectos meramente formais não devem ser levados em conta para decidir contra o Contribuinte.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Diz a Impugnante que não se aplica a hipótese da IN por se tratar de remessas para contribuintes sediados em outros Estados. Ora, é evidente que não se aplica em relação ao destinatário, mas forçoso reconhecer que a Requerente deve se pautar tal como previsto no normativo mineiro.

A Impugnante foi provocada pela Câmara de Julgamento, a informar se a destinatária emitiu nota fiscal relativa aos valores negociados e lançados nas “Notas de Débito”, tendo a mesma informado inexistir “Notas de Débito” e nenhuma situação de registro, considerando que as notas fiscais complementares de preços foram simplesmente devolvidas.

Em que pese a informação supra e, ainda, que as citadas notas fiscais se encontram registradas e o imposto pago, a Câmara determinou à Impugnante que juntasse aos autos documentos assinados e legitimados pelo Fisco de destino, de forma a definir, com clareza, se foram creditados e estornados ou simplesmente não creditados.

Mais uma vez, não logrou êxito a Requerente, em que pese a sólida e franca relação comercial existente entre as partes.

Ainda com o intuito de legitimar o procedimento da Impugnante, a Câmara de Julgamento determinou, por duas vezes, que a empresa demonstrasse o tratamento contábil dado aos documentos e que juntasse cópia dos documentos contábeis.

Num primeiro momento, a defesa nada trouxe.

Após a segunda determinação da Câmara, rasonetes e telas do sistema contábil vieram aos autos, por amostragem. Da análise do conjunto apresentado, pode-se destacar:

- no momento da elaboração do pedido de restituição, a empresa sequer havia dado tratamento contábil aos valores objeto do pedido, sendo que o pedido foi elaborado em 22/11/2005 e protocolizado em 30/12/2005;

- ao contrário, a prova trazida aos autos (fls. 297) demonstra que somente no dia 08/09/2006, fora autorizada à contabilização dos respectivos valores;

- o mencionado documento de fls. 297 constitui-se num acerto autorizado pelos “diretores” da empresa, sendo, a toda evidência, desconstituído de elemento probante que possa nortear a devolução do suposto valor pago a maior;

- não foram ajustadas as contas “caixa”, “clientes” ou “recebíveis”. Ao contrário, conforme demonstram os documentos juntados pela empresa e suas respectivas explicações (fls. 288/321), foram criadas contas transitórias para acerto dos valores, não sendo essa a melhor prática contábil.

De igual modo, contrariando regras de contabilização, a empresa unificou em um único lançamento, intitulado de “Nota de Crédito 422”, todas as notas fiscais complementares de preços, resultando em compensação de tributos a seu critério.

O mencionado documento foi contabilizado com a informação de tratar-se de 1 (um) chicote, no valor de R\$ 22.270,03, conforme tela de fls. 300.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Com certeza, para se conceder a restituição de um valor tido como pago a maior, não pode haver qualquer dúvida quanto ao fato e, neste caso, não resta demonstrada a exatidão das operações e dos valores.

O Fisco, ao analisar o pedido, decidiu pelo seu indeferimento, por entender aplicável à espécie as regras contidas na Instrução Normativa DLT/SRE N° 03/92, não observadas pela Impugnante.

Por ocasião da Impugnação, a Requerente melhor explicou a operação, bem como manifestou seu inconformismo no tocante à negativa do pedido, afirmando que os aspectos meramente formais não devem ser levados em conta para decidir contra o Contribuinte.

Diz a Impugnante que não se aplica a hipótese da IN por se tratar de remessas para contribuintes sediados em outros Estados. Ora, é evidente que não se aplica em relação ao destinatário, mas forçoso reconhecer que a Requerente deve se pautar tal como previsto no normativo mineiro.

Analisando a planilha apresentada para o PTA 16.000161571-72, por exemplo, tem-se a Nota Fiscal n° 27677, no valor de R\$ 17.313,08, com notas de débito no total de R\$ 35,78, correspondente a apenas 0,20 % (zero vírgula vinte por cento) do valor da operação, o que é perfeitamente admissível.

Lado outro, na mesma planilha, as Notas Fiscais de n°s 29088 e 29117, nos valores de R\$ 18.995,14 e 11.669,51, estão relacionadas a notas de débito que totalizam, respectivamente, R\$ 10.464,52 e R\$ 7.420,79, indicando diferenças de preços de 55 % (cinquenta e cinco por cento) e 63 % (sessenta e três por cento).

Diferenças elevadas, como essas, demandam tratamento especial, não podendo a requerente agrupar todos os acertos em um único documento, até mesmo em exercício posterior à emissão de várias notas fiscais.

Por outro lado, eventuais documentos fiscais emitidos por valores inferiores aos preços convencionados, demandam a emissão de documentos complementares, com recolhimento do imposto e seus acréscimos, quando devidos, mas não a compensação pura com valores relativos a eventuais recolhimentos a maior.

Por sua vez, o Código Tributário Nacional, ao tratar da restituição de pagamento indevido de tributos, determina em seu artigo 166:

“Art. 166 - A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la”.

Também, o RICMS/02 define em seu artigo 92, § 3°:

“Art. 92 - A importância indevidamente paga aos cofres do Estado, a título de ICMS, será restituída sob a forma de aproveitamento de crédito, para compensação com débito futuro do imposto, mediante requerimento do contribuinte,

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

instruído na forma prevista na legislação tributária administrativa estadual.

(...)

§ 3º - A restituição do imposto somente será feita a quem provar haver assumido o respectivo encargo financeiro ou, no caso de o ter transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la”.

Finalmente, a CLTA/MG aprovada pelo Decreto 23.780/84, vigente à época, prevê:

“Art. 36 - A restituição de importância paga indevidamente a título de tributo ou penalidade depende de requerimento contendo:

(...)

§ 2º - A restituição de tributos que comportem transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove havê-lo assumido, ou, no caso de o ter transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

(...)

Art. 39 - Na falta de documento a que se refere os artigos 36 e 38, o requerente será intimado a complementar o pedido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena do seu não conhecimento”.

Embora regularmente intimada a cumprir 2 (dois) despachos interlocutórios, a Requerente não comprova, de maneira inequívoca, que houve diferenças de preços e, ainda, que os destinatários não aproveitaram integralmente os créditos destacados nas notas fiscais, uma vez que os documentos apresentados não se ajustam às formalidades da legislação tributária e contábil.

Assim, à luz da legislação vigente, reputa-se correto o indeferimento do pedido de restituição.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, em indeferir o pedido de perícia. No mérito, por maioria de votos, em julgar improcedente a impugnação. Vencido o Conselheiro Luiz Fernando Castro Trópia (Revisor), que julgava procedente a impugnação. Pela Impugnante, sustentou oralmente o Dr. Milton Cláudio Amorim Rebouças e, pela Fazenda Pública Estadual, o Dr. Célio Lopes Kalume. Participaram do julgamento, além do signatário, os Conselheiros Luiz Fernando Castro Trópia (Revisor), Maria de Lourdes Medeiros e Edécio José Cançado Ferreira.

**Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008.**

**Roberto Nogueira Lima**  
**Presidente/Relator**

RNL/EJ

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Acórdão: 18.846/08/1ª Rito: Sumário  
PTA/AI: 16.000161567-53  
Impugnação: 40.010120797-74  
Impugnante: Alcoa EES do Brasil Ltda.  
IE: 324950117.00-10  
Proc. S. Passivo: Alexandre Pagotti João/Outro(s)  
Origem: DF/Pouso Alegre

---

Voto proferido pelo Conselheiro Luiz Fernando Castro Trópia, nos termos do art. 43 do Regimento Interno do CC/MG.

A divergência entre o voto vencido e a decisão proferida no acórdão em referência decorre dos fundamentos a seguir expostos.

Trata o presente feito fiscal de pedido de aproveitamento de créditos de ICMS, decorrentes de notas fiscais emitidas indevidamente.

O Contribuinte não concorda com as conclusões do Fisco e entende como legítimo o seu direito ao aproveitamento dos créditos.

A fiscalização, por sua vez, entende ser essencial o cumprimento do disposto na Instrução Normativa DLT/SER 03/92.

O que se depreende dos autos, no entanto, é a impossibilidade de ser estendida imposição a empresas situadas em outro Estado de dispositivos da legislação mineira.

A empresa Requerente faz a prova possível, na medida em que demonstra, após o cumprimento do Interlocutório, com seus elementos contábeis, que os valores foram estornados de sua contabilidade.

O fato da contabilização e do estorno ter sido realizado em lotes, não prejudica a efetividade do registro.

Demonstrado que não houve faturamento real, mas faturamento com erro, a base de cálculo é o valor da operação e não o valor da nota fiscal, tendo sido demonstrado que a emissão é que ocorreu com falha.

Nesse sentido, apesar da discordância do Fisco, a Impugnante atendeu a todas as providências possíveis determinadas pela Câmara de Julgamento.

A certeza do pedido de restituição, a princípio, data vênua, não se revelou, entretanto, na instrução processual, com a realização do Interlocutório, a demonstração da Requerente é no mínimo razoável.

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Julgo procedente a impugnação.

**Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008.**

**Luiz Fernando Castro Trópia  
Conselheiro**

CC/MG